



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

Ozias Teles dos Santos  
Vereador

Presidente  
APROVADO  
EM: 02/09/2025

## PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 0012 /2025

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE ACESSO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL AO SISTEMA DE CONTABILIDADE PÚBLICA, LICITAÇÕES E CONTRATOS, ARRECADAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DO MUNICÍPIO, NO MODO CONSULTA, ABRANGENDO O EXERCÍCIO FINANCEIRO ATUAL E OS ANTERIORES, PARA FINS DE CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS REALIZADOS PELO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A VEREADORA signatária, no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, apresenta o seguinte projeto de lei:

**Art. 1º** Fica criado e autorizado o acesso do Poder Legislativo Municipal ao Sistema de Contabilidade Pública, licitações e contratos, arrecadação e recursos humanos do Município do Município, em caráter permanente, no modo consulta, com abrangência tanto do exercício financeiro em curso quanto dos exercícios anteriores.

**Art. 2º** O acesso ao sistema pelo Poder Legislativo terá como finalidade:  
I – assegurar maior transparência da gestão fiscal e orçamentária;

II – possibilitar o exercício do controle externo pelo Poder Legislativo, em conformidade com a Constituição Federal, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) e a Lei Orgânica Municipal;

III – subsidiar a realização de audiências públicas, em especial as previstas nos arts. 48 e 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;

IV – fornecer informações que permitam aos vereadores acompanhar, em tempo real, a execução orçamentária e financeira do Município;

V – promover a publicidade e o princípio da eficiência na gestão dos recursos públicos.

**Art. 3º** O acesso será restrito ao modo consulta, ficando vedada qualquer alteração ou modificação nos registros contábeis por parte do Poder Legislativo.

**Art. 4º** O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Administração, Finanças ou órgão equivalente, deverá garantir:

I – a disponibilização técnica de acesso ao sistema, preferencialmente por meio eletrônico seguro, com login e senha institucionais fornecidos à Câmara Municipal;



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

II – treinamento básico, quando necessário, para os servidores do Poder Legislativo designados para a função de acompanhamento;

III – relatórios sintéticos e analíticos, sempre que solicitados pelo Poder Legislativo, em formato digital.

**Art. 5º** O Poder Legislativo deverá resguardar a confidencialidade de informações de caráter pessoal, sigiloso ou estratégico, em conformidade com a legislação aplicável, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018), quando não se tratar de informação de acesso público.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Vereadora, 27 de agosto de 2025.

  
**ÂNGELA MÁRIA MATOS RODRIGUES BOTELHO (PSDB)**  
Vereadora

**APROVADO**  
EM: 02/09/2025  
  
Ozias Tetes dos Santos  
Vereador  
Presidente

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 0012 /2025**



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
DIVINÓPOLIS**  
O futuro do município passa por aqui

## JUSTIFICATIVA

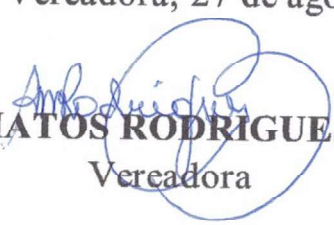
O presente Projeto de Lei do Legislativo nº 012/2025 tem por objetivo assegurar ao Poder Legislativo Municipal o acesso, em modo consulta, ao Sistema de Contabilidade Pública, Licitações e Contratos, Arrecadação e Recursos Humanos do Município, abrangendo o exercício financeiro atual e os anteriores.

Tal medida busca reforçar a transparência dos atos administrativos e a efetividade do controle externo, prerrogativa constitucional do Poder Legislativo, permitindo o acompanhamento em tempo real da execução orçamentária, da movimentação de receitas, das despesas, da folha de pagamento e dos processos licitatórios e contratuais do Poder Executivo. Dessa forma, amplia-se a capacidade da Câmara Municipal de fiscalizar e garantir a correta aplicação dos recursos públicos.

Além disso, o acesso direto e permanente aos sistemas facilitará a análise técnica durante a elaboração de pareceres, relatórios e nas discussões das leis orçamentárias, atendendo às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal. A medida também trará maior celeridade no processo de fiscalização, diminuindo a burocracia e fortalecendo a confiança da população na gestão pública, ao garantir que seus representantes tenham instrumentos eficazes para acompanhar a execução das políticas públicas.

Por todos esses fundamentos, contamos com a aprovação dos nobres pares para este relevante projeto de lei, que fortalece a transparência, o controle social e a democracia em nosso município.

Gabinete da Vereadora, 27 de agosto de 2025.

  
**ÂNGELA MÁRIA MATOS RODRIGUES BOTELHO (PSDB)**  
Vereadora

**APROVADO**  
EM: 02/09/2025  
  
Ozias Teles dos Santos  
Vereador  
Presidente